

O saber da estatística e o fortalecimento da verdade educacional em torno da evasão escolarⁱ
Statistical knowledge and the strengthening of educational truth in the face of school dropouts

Ketlin Kroetz
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Brasil

Paula Correa Henning
Universidade Federal de Rio Grande
Rio Grande – Brasil

Resumo

O presente artigo assume como objetivo central analisar a potência da estatística para o fortalecimento da verdade educacional a respeito da evasão escolar. O foco do estudo não se refere à veracidade dos números, mas aos modos como se aciona a estatística no fortalecimento de verdades educacionais. Assumem-se especialmente os estudos de Michel Foucault e de autores que o enveredam para a seara educacional. A investigação toma como objeto analítico artigos científicos indexados em repositórios acadêmicos e publicados entre os anos 2015 e 2019. Analisando tais materiais, o texto investe em problematizar os efeitos que as *verdades* sobre evasão escolar produzem, tramadas por dados estatísticos que definem, prescrevem e constroem um tipo específico de sujeito que tem um lugar correto a ocupar: a escola. Tomando a estatística como campo de saber legítimo, ela mobiliza, sensibiliza, convoca e incita a pensar a evasão escolar a partir de números, gráficos e alerta a sociedade a respeito de um *risco* que deve ser sanado. À guisa de conclusão, o estudo provoca a suspensão das verdades que nos atam no campo da Educação, estranhando a evasão escolar como problema e a escolarização obrigatória como solução.

Palavras-chave: Escola; Evasão Escolar; Estatística; Michel Foucault.

Abstract

The central objective of this article is to analyze the power of statistics to strengthen the educational truth about school dropouts. The focus of the study does not refer to the veracity of the numbers, but to the ways in which statistics is used to strengthen educational truths. The studies of Michel Foucault and other authors who are involved in the educational field are especially assumed. The research takes as analytical object scientific articles indexed in academic repositories and published between the years 2015 and 2019. By analyzing such materials the text invests in problematizing the effects that the truths about school dropout produce, plotted by statistical data that define, prescribe and construct a specific type of subject that has a correct place to occupy: the school. Taking statistics as a legitimate field of knowledge, it mobilizes, sensitizes, calls and incites to think about school dropout based on numbers, graphs, and alerts society about a risk that must be solved. As a conclusion, the study provokes the suspension of the truths that bind us in the field of Education, making school dropout a strange problem and compulsory schooling a solution.

Keywords: School; School Dropout; Statistics; Michel Foucault.

Introdução

“Está cientificamente comprovado”. Um dito tomado como verdadeiro e assumido como indiscutível. Ao flertar com a verdadeⁱⁱ, tal enunciação se confunde com ela. Basta uma expressão para que todo e qualquer resultado seja tomado como “a” real explicação de elementos que se configuram como objetos de determinada investigação (Kroetz, 2022). As formas de saber que emergiram na Modernidade apresentam status de verdade ao serem embasadas no método e, portanto, constituem aquilo que denominamos de científico. Entre estas, as que se utilizam da comprovação numérica nos colocam, na maioria das vezes, em uma posição de indiscutibilidade. Ninguém ousa questionar a matemática em sua pretensão pela exatidão, por exemplo. Munidas da problematização em torno da estatística, o presente artigo tem como objetivo analisar a potência da estatística para o fortalecimento da verdade educacional a respeito da evasão escolar.

Grande parte da população levanta a bandeira pela educação de todos. A evasão escolar, nesse sentido, se tornou alvo de saberes e poderes, e a busca pela quantificação dos que não estão na escola se torna cada vez mais frequente. No Brasil e, de modo geral, na América Latina, aspectos sobre o rendimento escolar datam da época da República, quando somente uma pequena parte da população frequentava a escola. Em meados do século XX, contudo, a questão da evasão se tornou um alvo sobre o qual era necessário agir. Tendo como mote a defesa de oportunidades iguais para todos, quando a escola se massifica e se estende às classes trabalhadoras, fundamentando-se na ideologia nacionalista de 1930, que tinha como tema um ensino obrigatório, universal e gratuito, a necessidade de escolarização se pauta no discurso de que as diferenças entre as classes trabalhadoras seriam diminuídas (Varela; Alvarez-Úria, 1992).

Romanelli (1978), ao examinar as estatísticas escolares entre 1930 e 1971, mostra que foi notória a discriminação social que houve, ancorada em uma oferta insuficiente de vagas. Poucas crianças chegavam às séries subsequentes, e principalmente os alunos mais pobres eram reprovados ou abandonavam os estudos. Patto (1987), em seu livro *A produção do fracasso escolar*, mostrou que o baixo desempenho das crianças pobres era ocasionado por mecanismos seletivos da própria instituição, e não das possíveis deficiências cognitivas dos educandos e de suas diferenças culturais. Para a autora, “[...] o fracasso da escola elementar é administrado por um discurso científico que, escudado em sua competência, naturaliza esse fracasso aos olhos de todos os envolvidos no processo” (Patto, 1987, p. 346).

A presença de estudos e estatísticas sobre evasão escolar e reprovação aumenta no debate educacional, conduzindo a algumas ações que visam apresentar soluções. Jacomini (2010) menciona que, mesmo tendo surgido desde a década de 1920, a discussão sobre políticas de não reprovação anual, no Brasil, ganhou força somente a partir da década de 1960, quando redes públicas passaram a organizar o ensino de forma não seriada e adotaram políticas de não reprovação.

Foram propostas diversas organizações para diminuir os índices de abandono e reprovação e construir, a partir disso, uma escola menos seletiva e excludente. Nessa mesma linha, Gil (2018) aponta que a circulação de discursos de eficiência e desempenho escolar assumiam

[...] uma feição fortemente prescritiva das práticas e dos comportamentos institucionais. Os testes e a primazia das classes homogêneas são parte desse processo e marcam de forma contundente as relações entre estudantes, professores e as disciplinas. É, contudo, atrelado à produção de estatísticas de educação mais sistemáticas e de melhor qualidade que se percebe a existência, nas décadas de 1930 e 1940, do debate político-educacional sobre questões referentes ao movimento dos alunos pela escola, notadamente, sobre reprovação e evasão (Gil, 2018, p. 20-21).

A tentativa era sustentar a ideologia de igualdade de oportunidades a todos por meio da escolarização e, embora o ensino, bem como sua clientela, tenham se ampliado, a reprovação e a evasão escolar aparecem como problemas. Muitas são as tentativas de buscar soluções e explicações para os problemas de ordem educacional ao longo da história, tanto no Brasil, quanto em outros países. Explicações psicológicas, sociais, até aquelas que, em virtude do aumento desenfreado pelo qual a escolarização passou, responsabilizam o próprio estudante pelo seu fracasso.

Estes discursos objetivam determinada situação e a reconhecem como um problema. Trata-se, assim, de um modo potente de conduzir a conduta dos indivíduos e fazer com que estes criem mecanismos para reverter a situação da evasão escolar. Os indivíduos devem se unir, se aliar e formar uma corrente para que todos se mantenham na escola e para que o número de estudantes evadidos diminua. Desse modo, o risco se torna visível e o problema da evasão escolar é produzido: todas as tentativas de inserir a evasão escolar em um campo de visibilidade vai ser condição para que um conjunto de dizibilidades sobre ela se coloque em funcionamento.

Frente a essas discussões, o presente texto toma assento nos estudos de Michel Foucault e suas problematizações a respeito do governo populacional e suas

estratégias de controle social. Uma das ferramentas colocadas em operação para isso é a estatística, e é sobre ela que debruçamos nosso olhar. Desse modo, o estudo aqui apresentado se vale de 75 artigos científicos retirados de três repositórios acadêmicos, a saber, Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e La Referência. Os materiais foram selecionados a partir de uma busca avançada em cada site, indicando a palavra-chave evasão escolar, e o período de publicação foi compreendido de 2015 a 2019. Considerando a leitura do título e/ou resumo de cada texto, selecionamos aqueles que estavam mais próximos do estudo que estávamos realizando, totalizando 30 artigos científicos que compuseram o material bibliográfico analisado.

Após ler esses artigos na íntegra, elaboramos um modo de organização e realizamos um encadeamento das ideias, uma vez que os fragmentos destacados encontravam-se dispersos entre as várias publicações. Enquanto alguns artigos possuíam, no máximo, dois fragmentos que poderiam ser utilizados, outros possuíam cerca de 20. Enquanto alguns apresentavam duas ou três linhas, outros possuíam em torno de dois parágrafos. Os fragmentos foram destacados e organizados com o intuito de encadeá-los em conjuntos distintos a fim de buscar a produção de algum sentido.

A partir desse momento, adotamos classificações que pareciam interessantes e pertinentes para o trabalho, mesmo sabendo da provisoriidade e variabilidade desse processo. Mexendo com as peças desse quebra-cabeça com muitas enunciações, percebemos aproximações, entrelaçamentos e desenrolamos algumas palavras-chave que os aproximavam: agrupamos as enunciações a partir de correlações, o que significa dizer que as mesmas estavam implicadas no interior daquilo que cada palavra-chave poderia significar.

Trabalhar com a análise de artigos na perspectiva de monumentos, lendo-os em sua exterioridade, não na lógica interna que comanda a ordem do enunciado, permitiu que destacássemos regularidades discursivas que tentavam fugir de uma simples interpretação do seu conteúdo (Foucault, 2013). Encontramos recorrências que, após algum tempo de exercício analítico, compuseram e determinaram o aspecto a ser analisado nesse estudo: O saber da estatística e o fortalecimento da verdade educacional em torno da evasão escolar. Foi constituído, assim, um modo analítico na medida em que fomos conhecendo o material.

Para atingir o objetivo, organizamos essa escrita em três seções. A primeira, que finalizamos aqui, buscou situar o estudo e as estratégias metodológicas com as quais operamos. A seguir, discutimos a evasão escolar a partir de alguns dados de excertos de

artigos científicos retirados dos três repositórios acadêmicos, e problematizamo-los junto aos estudos de Foucault e de autores contemporâneos que tensionam o modo como as estatísticas assumem um valor de verdade inquestionável em nosso tempo. Finalizamos o texto, quiçá, potencializando em nós um momento de suspensão de sólidas verdades que nos atam enquanto sujeitos da Educação.

De Estatísticas, verdades e invenções contemporâneas: a evasão escolar como problema educacional

A Modernidade, especialmente, a partir do século XVIII, trouxe uma forma de governar diferente da que se conhecia até aquele momento. Passamos a depositar grande confiança nos números com a entrada da Razão de Estado como modo de governo. A estatística vai aparecer como um elemento indispensável para o governo populacional: “[...] a estatística é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado” (Foucault, 2008, p. 365). Para além das leis, o Estado deveria ter a seu alcance um conjunto de conhecimentos técnicos, e a estatística era um dos meios de produzi-los.

Foucault (2008) auxilia no entendimento de como se consolida uma forma de governo propícia a intervir nos modos de pensar da população. A governamentalidade, conceito elaborado por Foucault (2008) em *Segurança, Território e População*, investe em práticas de governo que operam sobre os vivos, sobre a população, juntamente com a ideia de que o “conhecimento das coisas” poderia auxiliar na criação de estratégias de intervenção em nome da população.

Para Foucault (2008), a governamentalidade é o conjunto de “[...] instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma muito específica, embora complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma essencial o saber e como instrumento técnico os dispositivos de segurança”. Desse modo, por meio da governamentalidade, é possível exercer a arte de governar não somente no sentido político clássico, mas por meio de uma multiplicidade de procedimentos que dirigem comportamentos, organizam espaços e gerem a população.

Embora a governamentalidade se desenvolva a partir dos séculos XVI e XVII, ela se consolida no século XVIII principalmente com a emergência da estatística e de legislações que passam a regular a vida (Foucault, 2008). A tendência histórica que mostra essa passagem

O saber da estatística e o fortalecimento da verdade educacional em torno da evasão escolar

pode ser evidenciada no processo pelo qual o Estado se transforma em Estado de governo, não mais centrado somente na soberania, mas na gestão contínua das vidas, comportamentos, populações e territórios. Assim, a governamentalidade articula a população, principal objeto de governo, a economia política, forma de saber que informa o governo, e os dispositivos de segurança, elementos técnicos que instrumentalizam e possibilitam a microscopidade da ação de governar. Tudo isso ocorre por meio de mecanismos difusos e normalizadores, que elaboram técnicas e táticas que tem como objetivo fortalecer o governo de si e dos outros.

Foucault (2008) enfatiza que governar significa conduzir condutas, ou seja, estruturar ações, moldar comportamentos e criar ambientes e condições onde certos comportamentos são desejáveis. Não se trata, portanto, de um poder centrado apenas na lei ou na força, mas de uma multiplicidade de práticas, normas e prevenção de riscos, práticas estas que se tornam possíveis por meio da estatística, por exemplo. Dispor dos números, nessa direção, contribui para tal conhecimento e investimento de forças. A estatística passa a auxiliar na definição do que é considerado normal e anormal, produzindo distinções entre populações desejáveis e indesejáveis. A governamentalidade em ação permite que percebamos que o poder não se encontra somente nas instituições estatais, mas também nas práticas cotidianas de gestão e regulação da vida social.

Contudo, é válido destacar que não estamos duvidando da existência dos números, mas problematizando o modo como eles são acionados ao criarem determinadas verdades. Alguns dados assumem diferentes posições e são vistos por nós, educadores, como problemas sociais que merecem nossa intervenção pedagógica. Pensemos no cenário da evasão escolar. Quando assumimos a verdade de que a Educação é uma salvação para o sujeito, a evasão escolar é sempre tomada como problema e, desse modo, merece nosso investimento: a evasão é vista como um risco, devemos contê-la.

A respeito do risco, Foucault (2008) define-o como uma noção nova que criará uma série de intervenções em nome da vida. A estatística, por exemplo, compõe séries que se conectam para pensar o que poderá vir a acontecer, atuando junto com a probabilidade. Assim, em defesa da vida, é sugerido que possíveis riscos sejam evitados através de intervenções governamentais.

Vale destacar que as medições e as previsões são dispersas e imprecisas. A isso chamamos de probabilidade, pois ainda que um evento seja provável, não é certo que ele venha

a ocorrer. A ciência vai defender que até a incerteza deve ser calculada, criando um modelo estatístico que descreva “[...] a natureza matemática dessa aleatoriedade” (Salsburg, 2009, p.28). Os excertosⁱⁱⁱ dos artigos a seguir demarcam a presença dessa probabilidade que, antes mesmo de acontecer, torna-se um problema que merece a intervenção em nome da Educação para todos:

A idade de saída da escola tem efeito significativo e reduz em 2,5% e 0,4% o risco de homens e mulheres, respectivamente, entrarem no mercado de trabalho. Cada ano adicional na escola, controlando-se pelas demais variáveis, produz um efeito positivo para ambos os sexos. Quanto mais se prolonga a permanência na escola, em detrimento da entrada no mercado de trabalho, pode-se supor que o estoque de capital humano acumulado por meio da educação formal garantirá melhor inserção no mercado de trabalho (C10, p. 121).

[...] a leitura realizada por meio de contato direto com os alunos evadidos, quando associada a leituras numéricas, também permite uma visão clara dos efeitos de medidas tomadas outrora pela instituição, além de mostrar, com grande margem de segurança, o seu andamento interno e os anseios externos, sinalizando tomadas de decisões mais eficazes (A2, p. 55).

Também para a probabilidade de continuar os estudos, as características individuais e de background familiar, que se mostram significantes são a idade, o gênero e a escolarização dos pais. Os meninos têm menor chance de progredir nos estudos do que as meninas em algo em torno de 0,9 p.p. e 1,2 p.p. Alunos atrasados também possuem menor chance de evoluir ao longo do ciclo educacional: um ano adicional no atraso escolar está associado a uma redução de 3,2 p.p. a 4,5 p.p. na probabilidade de continuar os estudos. Alunos com pais mais educados também tem maior probabilidade de progresso educacional e o impacto de um ano a mais na escolaridade do responsável eleva esta chance em cerca de 0,3 p.p. a 0,4 p.p (B13, p. 32).

[...] a educação dos pais, particularmente a da mãe, apresenta uma associação positiva com a probabilidade de estudar e, espera-se, uma relação negativa com a probabilidade de entrar no mercado de trabalho e de ter o primeiro filho (C10, p. 115).

A atratividade do mercado de trabalho local só parece afetar a probabilidade de continuar os estudos entre indivíduos que cursam o 2º ano do Ensino Médio: tanto a taxa de emprego quanto o salário dos jovens estão associados a menor chance de progredir para o 3º ano do Ensino Médio. A qualidade do ensino local se relaciona positivamente com a probabilidade de permanecer na escola, entre todas as séries avaliadas (B13, p. 32).

Os materiais de análise anunciam que a probabilidade de prosseguir com os estudos varia segundo diferentes fatores, como a necessidade de trabalhar, o nível de escolaridade dos pais ou até mesmo questões de gênero. Esses aspectos demonstram como a análise estatística e probabilística classifica a realidade de maneira objetiva. Além disso, os dados numéricos conferem maior confiabilidade às conclusões, em comparação ao uso exclusivo de

palavras. É amplamente aceito que indivíduos oriundos de famílias com forte tradição educacional possuam mais chances de dar continuidade aos estudos. A partir de informações passadas, projetam-se cenários futuros com o intuito de reduzir os índices de evasão escolar, permitindo a formulação de estratégias de intervenção social voltadas à educação.

Dessa forma, os números não apenas descrevem a realidade educacional, mas também orientam políticas públicas e práticas institucionais. A utilização de indicadores quantitativos possibilita identificar grupos mais vulneráveis à evasão, como jovens de baixa renda ou inseridos precocemente no mercado de trabalho, por exemplo. Com base nesses diagnósticos, programas de apoio e incentivo à permanência escolar são elaborados, buscando mitigar desigualdades e promover a equidade no acesso e na continuidade dos estudos. Assim, a análise de uma realidade, quando feita por meio de números, se transforma em um instrumento estratégico para o planejamento educacional, direcionando ações que visam garantir o direito à educação e fortalecer a máxima de que todos devem estar e permanecer na escola.

Nesse contexto, quanto maior o detalhamento das informações disponíveis, mais eficazes se tornam as ações para minimizar os riscos educacionais. Compreender a população é essencial para um governo mais eficiente. Os números não exercem influência apenas por serem valores quantitativos, mas devido ao cruzamento de diferentes discursos registrados em relatórios, que possibilitam traçar perfis e categorizar indivíduos (Popkewitz; Lindblad, 2001). Além disso, as distinções detalhadas entre os diferentes grupos escolares permitem um planejamento mais preciso sobre qual é o público que deve ser alvo das intervenções, ampliando as possibilidades de governança em termos de inclusão e exclusão.

Ao pensar na estatística como instrumento utilizado para validar, Bello (2012) cria o conceito de numeramentalização, mostrando-o como uma estratégia utilizada pela estatística para validação. Trata-se de “[...] uma expressão que designe a combinação entre artes de governar e as práticas de numerar, medir, contabilizar, seriar e que, num viés normativo, orientariam a produção enunciativa de práticas sociais contemporâneas” (Bello, 2012, p. 90). Assim, ao utilizar uma tabela para apresentar um dado, por exemplo, o poder de captura sobre os sujeitos é maior do que se fossem utilizadas palavras aglomeradas em forma de texto. Mesclar números, texto e imagens em gráficos, pictogramas, tabelas, entre outros, reduz o esforço que fazemos para compreender o que está sendo apresentado, gerando confiabilidade.

Dessa forma, os dados estatísticos se mostram ferramentas influentes na argumentação sobre a evasão escolar. A partir deles, constroem-se percepções sobre os estudantes que abandonam os estudos, permitindo a formulação de estratégias baseadas em informações quantitativas para lidar com determinados desafios. Assim como ocorre na governamentalidade, práticas fundamentadas em cálculos, medições e sistematizações acabam direcionando as ações na sociedade atual. Isso acontece porque, ao ser transformado em objeto de análise, o indivíduo pode ser descrito com mais precisão, em detalhes, ampliando as possibilidades de gestão da população.

Nesse contexto, a escola e demais instituições associadas à educação passam a desempenhar um papel central na implementação dessas estratégias, atuando não somente como espaços de ensino, mas também como dispositivos de monitoramento e intervenção de uma realidade a ser alcançada que se encontra, preferencialmente, dentro da “norma” (Foucault, 2008). A objetivação dos sujeitos por meio de indicadores estatísticos possibilita a criação de perfis de risco, orientando políticas preventivas que buscam regular comportamentos e promover determinados padrões de conduta. Assim, práticas aparentemente neutras, baseadas em dados e evidências, convertem-se em mecanismos de governo de condutas, reforçando a normalização e a vigilância sobre trajetórias escolares. Esse processo evidencia como o saber estatístico, ao mesmo tempo em que se apresenta como instrumento técnico de apoio à gestão educacional, também participa da constituição de formas sutis de controle social.

Ademais, é válido ressaltar que questionar a evasão escolar significa enfrentar um fenômeno já consolidado. Todos estarem na escola é visto como a norma. Não estar estudando na escola ou evadir é visto como anormal. Tal normalização, como aprendemos com Foucault (2008), produz uma divisão clara entre o que é considerado adequado e desviante, reforçando a ideia de que a permanência na escola é uma obrigação social e moral. A partir desse enquadramento, as políticas educacionais e as práticas institucionais passam a atuar não apenas para garantir o acesso, mas também para corrigir e reintegrar aqueles que, por diferentes motivos, se afastam da trajetória escolar. A evasão, nessa direção, não é apenas um dado estatístico ou um problema pedagógico, mas quando surge como um problema, os dados produzidos a respeito dela se transformam em um marcador de

O saber da estatística e o fortalecimento da verdade educacional em torno da evasão escolar

inadequação social, mobilizando ações voltadas à sua prevenção e ao reforço da norma escolar como parâmetro hegemônico de pertencimento e cidadania.

Além disso, é importante ressaltar que não há uma definição fixa ou essencial sobre o que a evasão escolar representa. Sua existência é construída a partir dos discursos que a cercam e das práticas que a tornam um objeto de análise, sustentadas por um conjunto de instituições, estratégias e conhecimentos que lhe dão forma. Seguindo o pensamento de Foucault (2013), se as práticas são responsáveis por constituir os objetos sobre os quais falam, a evasão escolar pode ser compreendida como uma construção. Ela surge no contexto de saberes, poderes e instituições que buscam garantir uma escola universal, obrigatória e com um propósito transformador, criando as condições para sua emergência.

Apontamos, assim, para o caráter salvacionista que é dado à escolarização obrigatória. O objetivo consiste em conhecer melhor as causas que levam os estudantes a parar de estudar para, posteriormente, atuar sobre eles. Rumberger (2011), ao estudar a evasão escolar, aponta que as soluções para este problema educacional só podem ser buscadas se soubermos suas causas. As pesquisas sobre a temática vão apontar vários fatores como responsáveis pela evasão escolar que interferem, por exemplo, na decisão de continuar ou não os estudos.

A partir dos inúmeros estudos realizados sobre a obrigatoriedade escolar, acabam surgindo perfis que são mais ou menos propensos a evadir, juntamente com gráficos, números e estatísticas que mostram a quantidade dos que estão fora da escola e a população que representa risco de evasão. A procura por culpados e a responsabilização de docentes e discentes inserem a evasão escolar em uma espécie de problema que deve ser consertado, dado o perigo que ela representa (Kroetz, 2022).

Desse modo, são produzidas verdades que passam a ser naturalizadas no discurso pedagógico, no cotidiano das famílias, nos jornais e nas mídias. Tais verdades auxiliam na condução da conduta de gestões escolares e políticas públicas, que atuam para incluir e sanar este perigo e esta crise que representam os que estão fora dos muros escolares.

Pereira (2008) afirma que os sujeitos são capturados por dispositivos que proliferam nas instituições sob forma de pensamento hegemônico e de ideologias: “Cada tempo tem os seus heróis, tem os autores da moda, tem as palavras de ordem, os emblemas. Cada época levanta seu estandarte” (Pereira, 2008, p. 3). Assim, ao aparecerem na internet, na televisão, nas mídias, leis e nos discursos de empresários, esses discursos representam parte

significativa do pensamento que orienta as políticas públicas educacionais e parecem óbvias aos nossos olhos, tornando-se verdades instrumentais por outros e, paulatinamente, por nós mesmos.

O saber da estatística vai auxiliar na produção dessas verdades, pois foi sendo legitimado no interior dos discursos. Esse saber se desenvolveu quando as mudanças ocorridas no governo, por parte dos Estados, passaram a demandar a produção de dados sobre a população, sobre as riquezas, saúde e outros aspectos. Para Bello e Sperrhake (2016, p. 418), esse momento coincidiu com “[...] a invenção de poderosos modelos analítico-matemáticos em que se buscava transformar as qualidades dos fenômenos em quantificações e medidas, permitindo seu maior controle e previsibilidade”.

Traversini e Bello (2009) apontam que o saber estatístico é bem mais do que um simples instrumento descritivo e quantitativo, mas um instrumento biopolítico que opera no governo da população. A estatística, mais que uma disciplina que toma como fundamento práticas e instrumentos de medida, passou a disciplinar esse novo personagem que emerge no século XVIII: a população. Para atuar sobre esse novo corpo, o saber da estatística utiliza taxas, números e índices como mecanismos que operam na conduta dos sujeitos. Se espera, assim, um tipo de governo que tenha como objetivo alcançar uma pluralidade de objetivos, entre estes, manter todos na escola (Kroetz, 2022):

[...] cerca de 70% deixou de estudar para trabalhar e ajudar na renda familiar, aproximadamente 3,0 milhões de crianças menores de 16 anos estão trabalhando informalmente no Brasil, reforçando ou mesmo agravando a taxa de repetência escolar, que posteriormente leva ao abandono da mesma e esta situação as exclui da vida estudantil, limitando suas chances de crescimento humano e profissional e agravando questões sociais de capital e trabalho (A12, p. 32).

Dos 3,6 milhões que se matriculam no Ensino Médio, apenas 1,8 milhões concluem esse grau. A taxa de evasão é de 13,3% no Ensino Médio contra 6,7% de 5ª a 8ª série, e 3,2% de 1ª a 4ª série. O Brasil tem, atualmente, 8,3 milhões de alunos no Ensino Médio, matriculados em 24 mil escolas – sendo 17 mil públicas – e metade destes, conforme o Ministério da Educação, não finalizaram seus estudos (A6, p. 40).

[...] temos hoje cerca de um milhão de estudantes da rede pública abandonando o ano letivo, sendo que aproximadamente 17% dos que abandonaram o Ensino Médio estão matriculados no noturno (A3, p. 89).

Os resultados dessa pesquisa destacam dois principais motivos que levam os jovens de até 17 anos a abandonarem a escola média: falta de interesse/motivação (40,29%) e falta de renda familiar (27,09%); outras motivações respondem por 31,73% das respostas (A5, p. 782).

O saber da estatística e o fortalecimento da verdade educacional em torno da evasão escolar

Os dados apresentados revelam como o fenômeno da evasão escolar, associado à necessidade de trabalhar e à falta de motivação, é interpretado, quantificado e transformado em objeto de intervenção pelas instituições sociais. A partir da perspectiva foucaultiana, pode-se destacar dois eixos principais de análise: a estatística como campo de saber e a governamentalidade como prática de condução das condutas.

A estatística, como campo de saber, permite que o poder moderno conheça, classifique e governe populações. De acordo com os excertos apresentados, vimos que a quantificação de estudantes que abandonam a escola, os percentuais de evasão e a identificação de causas predominantes (como trabalho e falta de motivação) são exemplos claros do uso da estatística como ferramenta de objetivação de um determinado problema que deve ser sanado. Assim, os números transformam a evasão escolar em um fenômeno, criando categorias e perfis populacionais: crianças que trabalham informalmente, estudantes do ensino noturno, jovens de baixa renda, entre outros. Elaborando correlações plausíveis entre a evasão escolar e tais perfis, justifica-se, prescreve-se e determina-se um número de intervenções e investimentos necessários diante de dados que, na conjuntura elaborada, se tornam um perigo a ser sanado. Deixar de estudar para trabalhar, desinteresse pela escola e falta de motivação se tornam muito mais do que justificativas juvenis; se tornam, isto sim, alertas que merecem o escrutínio e a necessária intervenção em nome da máxima educacional: todos na escola.

Assim, a governamentalidade como prática de condução de condutas revela que o poder moderno não é exercido somente por meio de leis que se utilizam da coerção, mas por meio de técnicas que visam gerenciar comportamentos coletivos, sobretudo através do saber. A leitura estatística da evasão escolar fundamenta políticas públicas e estratégias institucionais voltadas ao controle e prevenção desse fenômeno, como programas de bolsa, ações de permanência e políticas de inclusão escolar.

A ênfase de que “metade dos estudantes não finalizam o Ensino Médio” ou que “1 milhão abandonam o ano letivo”, apontada pelos artigos analisados, cria uma narrativa de risco e urgência, legitimando práticas de intervenção sobre esses grupos populacionais. Tais dados reforçam e alimentam dispositivos de segurança e normalização: programas de reforço escolar, aconselhamento, campanhas de conscientização e ações assistenciais, todas voltadas a garantir a permanência dos estudantes no sistema educacional.

Os dados, em forma de leituras numéricas, possibilitam a visualização dos procedimentos postos em prática para sanar o problema dos que se encontram fora da sala de aula. Mostram, ainda, confiabilidade para quem lê, sinalizando tomadas de decisão mais seguras e eficazes. A partir disso, esses dados produzirão as políticas públicas para a educação, tomando como complemento a utilização de uma análise qualitativa, uma vez que os diagnósticos produzidos são tomados como parâmetros para decisões importantes no campo da educação. Contudo, vale destacar que a estatística não apenas descreve a realidade, mas também constrói uma certa visão dela: os sujeitos são convertidos em casos e percentuais (basta ver os registros de alguns excertos do material analítico), tornando possível o seu gerenciamento, conforme Foucault (2008) analisa ao discutir as técnicas de segurança e biopolítica.

A máxima todos na escola se transforma em uma verdade consolidada, e a evasão aparece como uma anomalia que deve ser corrigida. A menção de que “70% deixam de estudar para ajudar na renda familiar” (A12) evidencia como essa prática, embora motivada por necessidades econômicas, é tratada como uma falha na trajetória normativa escolar. Nesse processo, a escola e as políticas educacionais deixam de ser apenas espaços de formação, para se constituírem também como dispositivos disciplinares e de segurança, atuando na correção das trajetórias desviantes.

Junto à estatística, a probabilidade mostra algo que é possível prever ou que poderá acontecer no futuro. Assim, o risco quantificado está relacionado à confiança de que algo irá acontecer (Bernstein, 1997). Os números “[...] permitem a expressão da noção de risco, pela apreensão do provável, fator-chave do triunfo da cultura ocidental” (Senra, 2005, p. 35). O conceito de risco e a utilização da estatística estão intimamente interligados, pois os resultados são vistos como dependentes da fidedignidade das informações. Assim, pode-se calcular o que é visto como normal e o que está na média e nos padrões aceitáveis (Kroetz, 2022).

Pensando na confiabilidade das pesquisas, em 1966, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) criou o Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas, que objetiva verificar a aquisição do conhecimento de estudantes e sua relação com nível econômico, sexo, entre outros fatores (Gatti, 2009). Naquele período, a preocupação não era o ensino. Somente em 1990 é implementado um sistema nacional de

avaliação. A partir de então, devido ao significativo número de estudantes evadidos e repetentes, a falta de informações sobre os alunos (onde moravam, quem eram seus pais, qual era a renda dos seus pais) foram consideradas relevantes, levando o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) a orientar as políticas da Educação Básica, afinal, só se governa o que se conhece (Foucault, 2011). Foi lançando, em 1987, um projeto piloto de avaliação do rendimento escolar com provas que foram realizadas em 10 capitais brasileiras (Gatti, 2009).

É nítido o interesse que várias esferas apresentam sobre as políticas públicas e estatísticas que versam sobre ela. Tais números, enquanto “[...] expressões numéricas de coletivos, interessa[m] a todos que agem no e sobre os múltiplos; as estatísticas, mesmo partindo das individualidades, que as fundam, expressam coletividades” (Senra, 2005, p. 16).

Esse novo modelo de racionalidade emerge a partir da governamentalização do Estado, quando a estatística passa a ser concebida como um saber que fornece dados indispensáveis para governar melhor a população. Os procedimentos de quantificação serão o solo a partir do qual Foucault (2008) vai situar a estatística, que se tornará conveniente com a emergência da população, diferente da soberania.

Conforme Fimyar (2009, p. 38), Foucault redireciona o seu olhar “[...] das ameaças exteriores ao Estado para os riscos internos que emergem em relação à população”. Desse modo, a estatística vai produzir determinadas verdades, atuando como uma forma de convencimento (Rech, 2015) que permite a formação de uma racionalidade que constrói riscos sobre os quais o Estado e a população devem agir. Esse campo de saber permite, assim, “[...] uma liga de uniformidade e confiança em torno do qual os objetos são contados, o que possibilita que ordens de magnitude não afins sejam relacionadas entre si para estabilizar o que está em fluxo” (Popkewitz; Lindblad, 2001, p. 117) e estabelecer parâmetros considerados aceitáveis que administrarão sujeitos ‘pertencentes à zonas de risco e ameaça à sociedade’, como no caso de estudantes que se encontram fora da escola.

Nos fragmentos retirados dos artigos analisados, é notável a necessidade de prever o futuro por meio dos números, bem como representar a realidade através deles, o que posiciona sujeitos que se encontram fora da escola como alvo: “Não podemos quantificar o futuro, por ser desconhecido, mas aprendemos a empregar os números para esquadrihar o que aconteceu no passado” (Berstein, 1997, p. 7). A estatística inventa um problema sobre o qual pretende atuar, pois normalmente é disseminada por institutos de pesquisa e financiada por organizações centralizadas no governo.

Desse modo, a estatística se utiliza de saberes e procedimentos para situar locais com altos índices de evasão escolar como representando um risco para a sociedade. Analisar como a conduta dos sujeitos que se encontram na escola para que eles não entrem na condição de evadidos significa “[...] tomar a prática da gestão do risco como uma forma de governar que necessita do saber estatístico para tomar decisões” (Traversini; Bello, 2009, p.143).

Sem utilizar os números e as imagens, não seria possível fazer funcionar um discurso que produzisse efeitos desejados. O saber estatístico precisa se articular a outros saberes para se mostrar produtivo, isto é, ele não pode apenas mostrar o número de estudantes que se encontram fora da escola. Ele precisa fazer comparações, precisa que os sujeitos falem da evasão escolar, precisa convocá-los a uma mobilização e necessita que eles tomem esses dados como verdades, o que leva a estatística a produzir um controle sobre a capacidade de ler e escrever dos sujeitos. As estatísticas “[...] visibilizam um problema e dão a ele uma magnitude que, sem a objetivação em dados numéricos, talvez não pudesse ser percebida da maneira desejada” (Sperrhake, 2016, p. 112). A partir dos dados, para reverter os números que mostram os que se encontram fora dos muros escolares, políticas públicas são criadas para agir sobre o risco que esses sujeitos representam, não só por não estarem na escola, mas por poderem, por exemplo, se envolver em crimes, drogas e demais questões. Afinal, para melhor governar a população, e que isso ocorra de modo econômico, são necessários saberes que mostrem onde investir, de que modo investir, quais as regiões que são consideradas mais “problemáticas” e qual a população que apresenta maior risco de evasão. Descobre-se, assim, como atuar, onde atuar e de que modo agir, direcionando o governo, uma das características mais fortes do neoliberalismo: governar menos para governar mais. Os números governam, mas “[...] não como ‘puros’ números, mas por meio do entrecruzamento dos discursos paralelos que circulam pelos relatórios para traçar o perfil e inventariar pessoas” (Popkewitz; Lindblad, 2001, p. 126, grifo dos autores).

Conhecer a população significa fazer distinções e individualidades sobre ela: “As distinções mais sutis dos agrupamentos internos na escolaridade permitem calcular melhor a população sobre a qual trabalhar e permitem, assim, aumentar as possibilidades de governança de inclusão e exclusão” (Popkewitz; Lindblad, 2001, p. 124).

Para Bello (2012), os números apresentam, também, um caráter moral, pois as estatísticas tornam visíveis certos discursos e práticas que devem ser seguidas sem

questionamentos. Contudo, vale destacar que não importa se tais números são verdadeiros ou falsos, pois no momento em que são apontados os motivos, os dados, quem são esses estudantes, se trabalham, onde residem, se auxiliam na renda dos pais, entre outros, todos os olhares se dirigirão para estes aspectos. Aí que reside o poder da estatística: ela produz verdades.

Vale destacar que estamos nos referindo, aqui, ao modo como acionamos a estatística para o fortalecimento de verdades que permeiam no campo da educação a favor de uma escolarização de todos, não questionando a veracidade dos números (Kroetz, 2022). Nietzsche (2003) e Foucault (2011; 2018), por exemplo, apontam que a questão não se trata de analisar a veracidade dos discursos, mas de analisar as condições a partir das quais um discurso se torna possível e aceitável, ou seja, trata-se, muito antes, de enxergar as formas de veridicção que nos envolvem.

Interessa, aqui, analisar os efeitos que as verdades sobre a escolarização obrigatória produzem (Kroetz, 2022). Os discursos acabam se impondo sobre outros e instauram uma ordem que estabelece significados os mais diversos, dizendo o que conta como verdadeiro, como falso, como certo e como errado. Foi debruçando-nos sobre os efeitos de verdade que derivam das estatísticas que esse texto foi produzido; é estranhando o valor de verdade indubitável em nossa sociedade a respeito da escolarização acima de tudo, que escrevemos esse estudo. Uma vez mais, Foucault nos coloca em exercício filosófico: “O problema é saber como os sujeitos são efetivamente atados nas e pelas formas de veridicção em que se envolvem” (Foucault, 2018, p.10). Quais são as nossas?

Considerações finais

O texto teve como objetivo analisar a potência da estatística para o fortalecimento da verdade educacional a respeito da evasão escolar. Para isso, estranhamos as verdades que nos acompanham no campo da Educação, dando visibilidade à evasão escolar como problema e à escolarização obrigatória como solução. Fazendo isso, o texto colocou em exame a força dos dados estatísticos, que prescrevem e definem um tipo particular de sujeito que tem um específico lugar a ocupar: a escola.

Vimos, por meio dos excertos analisados, que os dados numéricos adquirem status de verdade e parecem ser óbvios aos nossos olhos. Assim, acabamos emitindo juízos de valor sobre o que é, o que não é e o que acreditamos que deveria ser, com base em ideias, valores

e definições que são tomadas como verdades instrumentais. Acabamos definindo a evasão escolar por cor, gênero, classe social e procurando os culpados para esse processo.

As estratégias que a estatística coloca em jogo produzem efeitos de verdade, uma vez que nos sensibilizam e incitam a pensar a evasão escolar desse ou daquele modo, colocando-a como um risco que deve ser sanado. Aí residem seus efeitos de verdade, efeitos no sentido daquilo que tais discursos podem produzir: produzem estatísticas? Incitam a população a se mobilizar pela causa? Esses discursos investem na produção de uma verdade cujo efeito é unir todos por uma única causa, capturar os indivíduos e criar propagandas, iniciativas e estratégias de mobilização para uma sociedade que deve ser parceira, pois a educação é ‘uma tarefa de todos’.

Suspeitar dos discursos educacionais que insistem em nos fazer rebanho parece ir ao encontro do jogo parresíástico de que nos convida Foucault (2011): trata-se de assumir o risco da coragem da verdade; trata-se de suspender os universais e nos fazer estranhar o modo como insistimos em pensar a Educação. Suspender nossas verdades apenas por alguns instantes pode levar-nos a criar fissuras no campo educacional e nos ditos prescritivos e estatísticos que encharcam nossa seara laboral. Que verdades nos atam e nos constituem sujeitos da Educação? Cabe a nós o tensionamento.

Referências

BELLO, Samuel Edmundo Lopes. As práticas curriculares em Matemática que se produzem pelo governo do IDEB. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 30, n. 2, p. 19-30, jul./dez. 2012

BELLO, Samuel Edmundo Lopes; SPERRHAKE, Renata. Educação e risco social na curricularização do saber estatístico no Brasil. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 38, n. 4, p. 415-424, out./dez. 2016.

BERSTEIN, Peter. **Desafio aos deuses**: a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 35-56, maio/ago. 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Coragem da Verdade**: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983–1984). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Malfazer, dizer verdadeiro**: função da confissão em juízo. Curso em Louvain, 1981. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

O saber da estatística e o fortalecimento da verdade educacional em torno da evasão escolar

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Curso no Collège de France (1977–1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GATTI, Bernadeti Angelina A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Revista de ciências da educação**, n. 9, 2009. maio/ago. p. 7-18.

GIL, Natália Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Porto Alegre, v. 23, n.1, p. 1-23, 2018.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/sR8XhBkGsL6vTMNsWVB4tTg/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 2 jan. 2025.

KROETZ, K. O saber da estatística e o fortalecimento da verdade educacional em torno da evasão escolar. In: Seminário Internacional Imagens da Justiça, Currículo e Pedagogia Jurídica. **Anais eletrônicos [...]**, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Pelotas, ago., 2022.

JACOMINI, Maria Aparecida. **Educar sem reprovar**. São Paulo: Cortez, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo**: de como a gente se torna o que a gente é. Porto Alegre: L&PM, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.

PEREIRA, Marcos Villela. Traços de fundamentalismo pedagógico na formação de professores. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 47, n. 5, p. 1-13, 2008.

POPKEWITZ, Thomas; LINDBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 75, p. 111-148, ago. 2001.

RECH, Tatiana Luiza. **Da escola à empresa educadora**: a inclusão como uma estratégia fluxo-habilidade. 2015. 259f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

RUMBERGER, Russel. **Dropping Out**: Why students drop out of school. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 2011.

SALSBURG, David. **Uma Senhora toma chá**: como a estatística revolucionou a ciência no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

SENRA, Nelson de Castro. **O saber e o Poder das Estatísticas**: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SPERRHAKE, Renata. **O dispositivo da numeramentalidade e as práticas avaliativas**: uma análise da “Avaliação Nacional de Alfabetização”. 2016. 191f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2016.

TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel Edmundo Lopes. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35. n. 2, p. 135-152, maio/ago. 2009.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URÍA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, p.225-246, 1992.

Notas

ⁱ O estudo contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

ⁱⁱ Assumimos o conceito de verdade a partir dos estudos teóricos que sedimentam esse artigo, a saber os trabalhos de Friedrich Nietzsche (2003) e Michel Foucault (2011; 2018). Discutiremos a esse respeito nas próximas páginas.

ⁱⁱⁱ Os excertos utilizados para a análise desse artigo foram extraídos de três repositórios acadêmicos. Ao recortar os excertos dos artigos, escrevemos atrás de cada um deles o número do artigo e a página na qual ele havia sido recortado. Sobre os artigos classificados, estes foram classificados do seguinte modo: artigos encontrados no Portal de Periódicos da Capes com a letra A; os artigos do Google Acadêmico com a letra B; as produções do La Referência com a letra C.

Sobre as autoras

Ketlín Kroetz

Professora EBTT no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (Cap/UFU). Formada em Pedagogia e Matemática, com Mestrado e Doutorado em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

E-mail: ketlinkroetz@ufu.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8055-8124>

Paula Corrêa Henning

Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Formada em Pedagogia (UCPel), tendo Mestrado (UFPeL) e Doutorado (UNISINOS) em Educação. Atua no Instituto de Educação e nos Programas de Pós-Graduação Educação em Ciências (PPGEC), Educação (PPGEDU) e Educação Ambiental (PPGEA) da FURG.

E-mail: paula.c.henninh@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3697-9030>

Recebido em: 01/05/2025

Aceito para publicação em: 20/06/2025